



**EMPREGADOS FORMAIS NA INDÚSTRIA TÊXTIL CEARENSE: ESTUDO
EMPÍRICO DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS VIS-À-VIS MÉDIA E GRANDES EMPRESAS- 2005/2010**

**FORMAL EMPLOYEES IN THE CEARENSE TEXTILE INDUSTRY: EMPIRICAL
STUDY OF SOCIO-ECONOMIC INSERTION IN MICRO AND SMALL
ENTERPRISES VIS-A-VIS MEDIUM AND BIG COMPANIES- 2005/2010**

José Ediglê Alcantara Moura¹
Maria Jeanne Gonzaga de Paiva²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo comparar, entre 2005 e 2010, o perfil dos empregados formais nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) vis-à-vis Médias e Grandes Empresas (MGEs) industriais do setor têxtil instaladas no Ceará, bem como comparar o perfil socioeconômico dos trabalhadores em ambos os portes analisados. Para tanto são analisadas as seguintes variáveis: evolução dos estabelecimentos por porte, na indústria de transformação; evolução do emprego formal por porte na indústria de transformação; número de empregados nas MPEs e MGEs do setor têxtil quanto ao sexo; faixa etária; grau de instrução; tempo de serviço e faixa de remuneração. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os principais resultados mostram que o setor têxtil é que possui maior quantidade de estabelecimentos e gera o maior número de postos de trabalho. Alguns resultados apontam a elevação da faixa etária dos trabalhadores e o considerável aumento no nível de escolaridade. Além da maior predominância em ambos da mão de obra feminina e a variação no nível de salário, notadamente entre um e dois salários mínimos.

PALAVRAS- CHAVES: Indústria têxtil; Emprego formal; Empresas.

ABSTRACT

This research aims at comparing the profile of formal employees in Small and Micro companies (SME) with those in Medium and Large ones (MLE) in the textile industry sector in Ceará, as well as studying the socioeconomic profile of workers in both company sizes analyzed. For such purpose, the following variables are considered: evolution of establishments per size in the manufacturing industry and number of employees hired in SME and MLE within the textile sector with regards to sex, age range, education level, employment time and wage range. Data was obtained from the Social Information Annual Report (RAIS) provided by the Ministry of Labor and Employment (MTE). The main results show that the textile sector is the one that generates the largest number of establishments and most job vacancies. Some results suggest that the average worker age range is growing higher and that there is a considerable increase in the schooling level, besides the predominance of female labor and a wage range that varies from one to two minimum monthly salaries.

KEYWORDS: textile industry; formal employment; corporations.

¹ Universidade Regional do Cariri- URCA-edigle.economia@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri- URCA-jeanne.paiva@urca.br

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento das economias periféricas foi marcado por um lado pelos reflexos da corrente cepalina que pregava a industrialização como ferramenta capaz de alavancar o desenvolvimento econômico através de ganhos de competitividade, pois ao contrário dos outros setores da economia é o que possui uma maior produtividade dos fatores de produção, uma vez que impulsiona o crescimento do produto potencial nacional. Por outro lado, a industrialização desses países trouxe consequências socioeconômicas diversas a exemplo das altas taxas de endividamento externo, desigualdades regionais, subordinação aos capitais externos além de elevada concentração fundiária.

No entanto o processo de industrialização brasileiro mostrou-se, dinâmico quanto ao processo de inversão de capitais, resolução de problemas como infraestrutura básica, concentrando seus capitais produtivos em uma área restrita do território, a exemplo do Sudeste brasileiro. No entanto as políticas de desenvolvimento regional pautadas na transferência de capitais produtivos mediante ação do Estado, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), promoveram uma modernização do parque industrial nordestino, tendo como base a indústria têxtil.

As políticas de desconcentração industrial tiveram êxito através das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado na segunda metade da década de 1970 no governo Geisel que estimulava a viabilização de um centro autônomo de produção industrial notadamente na região Nordeste do país e que passou a ter um suporte maior a enfrentar os problemas físicos (secas) que atingira a região.

Nesse momento, através Processo de Substituição de Importações (PSI), as cadeias produtivas começaram a se condensar com elevada produção industrial e integração regional entre os bens intermediários produzidos no Nordeste que eram enviados para o Sudeste brasileiro a fim de tornar produtos finais destinados ao mercado externo, como forma de contrabalançar os efeitos negativos na balança comercial.

O resultado mais perverso desse modelo foi à indução de uma economia extremamente fechada, tecnologia de baixo valor agregado quando não obsoleta o que prejudicava a competitividade dos produtos nacionais vis-à-vis os importados. Era necessário ressaltar a presença de grandes monopólios que aumentavam os preços indiscriminadamente, mediante o modelo desenvolvimentista que se mostrou sensível ao ambiente de instabilidade e choques

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

econômicos devido à crise do petróleo 1973/79, pois grande parte de suas decisões econômicas vinham do mercado externo.

Dessa forma a economia brasileira ingressou nos anos 1990 em uma fase crescente de abertura comercial, com desequilíbrio nas contas públicas, o programa de estabilização de preços (Plano Real) que esteve paralelo ao elevado nível de desemprego somado ao redimensionamento do papel do Estado na economia, teve acentuados impactos na indústria brasileira que para tornarem-se mais competitivas diante do aniquilamento das políticas de desenvolvimento nacional migraram para o Nordeste em busca de benefícios fiscais, financeiros, mão de obra barata e abundante e proximidade com os mercados americano e europeu.

A escolha da análise das empresas industriais por porte no Ceará foi em parte pelo seu grau de polarização para atração de indústrias intensivas em mão de obra (SILVA FILHO; QUEIROZ, 2009), no entanto o fator atrativo de desconcentração industrial foi através da isenção da principal receita do estado, o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair grandes empresas que ofertam emprego precário (ARRAIS, 2003) e comprometem parcela de suas arrecadações em políticas de atração de investimentos que não necessariamente conseguem romper com a tendência concentradora da indústria (CANO, 1997), escoam a produção para outros estados inclusive o exterior, dada a aproximação da Região Metropolitana de Fortaleza com os grandes mercados consumidores internacionais. Em contramão as micro e pequenas empresas industriais representam importante papel principalmente no interior do estado gerando ICMS aos municípios, uma vez que são intensivas em trabalho e colaboram para o desenvolvimento local³, com número vasto de empresas desconcentradas geograficamente, não gera custos aos municípios e diversificam a produção para o mercado interno.

A escolha da indústria têxtil cearense para o estudo é motivado por apresentar como importante pólo têxtil no Brasil, no que se refere ao consumo de algodão em pluma, ficando atrás somente do estado de São Paulo, o Ceará detém, ainda, o segundo lugar na produção de fios, atividade também liderada por São Paulo. Dentro da cadeia produtiva, o Ceará ocupa quarto lugar em volume de produção, depois de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais.

Introduzida à discussão, objetiva-se com a pesquisa comparar o emprego formal industrial (por porte de indústria) no estado do Ceará nos anos de 2005 e 2010, considerando

³ Segundo Urani (2003) a territorialização econômica se caracteriza pela articulação de empresas e pelo relacionamento/articulação com outros agentes do local.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

a importância da redução da informalidade⁴ refletida através de ganhos de produtividade, haja vista a facilidade na elaboração de políticas públicas em benefício das empresas formais, uma vez que reduz o custo do capital físico e incrementa valor ao capital humano.

Assim, as partes constitutivas desse trabalho além da introdução abordam: a metodologia utilizada, dando informações sobre a área de estudo, banco de dados e método de análise, seguido do referencial teórico que aborda sucintamente no primeiro capítulo: uma breve exposição acerca do pensamento econômico sobre o fator de produção trabalho, procurando interpretar fenômenos econômicos no âmbito de produção capitalista. O segundo capítulo procura ressaltar a dinâmica das indústrias intensivas em mão-de-obra (com ênfase nas micro e pequenas) desde o Processo de Substituição de Importações (PSI) à abertura comercial dos anos 1990, na terceira parte mostram-se os resultados e discussão dos dados. Por fim, as conclusões e referências.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Sobre a área de estudo

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, limitando-se ao norte com o oceano atlântico, ao sul com o estado do Pernambuco, a leste com os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e a oeste com o estado do Piauí (IPECE, 2012). Tem uma área geográfica de aproximadamente 148.825,6 km², que corresponde a 9,57% da área total da região Nordeste e a 1,74% da total do Brasil (IBGE, 2010).

Segundo os dados demográficos de 2010, o Ceará possui um total de 8448.054 pessoas (4.118.065 homens e 4329.989 mulheres) distribuídos em uma densidade demográfica de 56,76 hab/km² e taxa de urbanização de 75,09% da área total ocupada (IPECE, 2012).

2.2 Sobre o banco de dados

Esta pesquisa é classificada como sendo descritiva e explicativa. Os dados utilizados são de origem secundária, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), obtidas por acesso *online* ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes aos anos de 2005 e 2010. Apesar das limitações, uma vez que cobre apenas o mercado de trabalho

⁴ Ver Pinheiro (2003).

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

formal, a base de dados é bem mais abrangente podendo ser focalizada informações desde nível nacional, regional, subnacional, mesorregional, microrregional, região metropolitana e municipal.

2.3 Sobre o método de análise

Na realização deste trabalho, fez-se necessário a utilização de dois métodos: o descritivo e o explicativo. O primeiro trabalha com a descrição das características do mercado de trabalho formal industrial no Ceará. O segundo analisa as características das indústrias (por porte) instaladas no Ceará e traça o perfil socioeconômico de seus trabalhadores. Faz-se indispensável à utilização de sete variáveis, sendo duas para analisar as características do porte de indústria e cinco para traçar o perfil do trabalhador empregado na indústria cearense.

Para analisar as características da indústria, se fez essencial o estudo das seguintes variáveis: número de estabelecimentos industriais por porte no Ceará, número de trabalhadores na indústria por porte.

A segunda parte procura analisar o perfil socioeconômico do trabalhador na indústria formal, utilizam-se as seguintes variáveis: número de empregados na indústria por porte segundo sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e remuneração por salário mínimo. Para classificação do porte de empresas utilizou-se o critério desenvolvido pelo SEBRAE, a partir do número de empregados que está expresso na Tabela 1.

TABELA 1: Classificação das empresas por porte, segundo número de empregados

Porte/ Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Micro	Até 19	Até 09
Pequenas	De 20 a 99	De 10 a 49
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: SEBRAE. Elaboração Própria.

Dado os procedimentos metodológicos, os resultados do estudo são expostos através de tabelas, seguidas das respectivas análises.

3 PENSAMENTO ECONÔMICO SOBRE O FATOR DE PRODUÇÃO TRABALHO EM MPE VERSUS MGE:

Existe um relativo consenso clássico que a divisão do trabalho é propulsora no processo de desenvolvimento econômico, uma vez que as firmas ganham consideravelmente aumento de produtividade, no entanto teóricos como Marx e Schumpeter analisam que a

questão reside no peso da divisão do trabalho como maior gerador de riqueza em aumentos expressivos na acumulação de capital (CERQUEIRA, 2000).

Conforme Smith (1996) dado o aumento da capacidade produtiva do próprio trabalho, enfatiza a importância do setor industrial na economia, ao afirmar que as atividades de serviços são de baixa rentabilidade, alijadas ao curso e especialização crescente do trabalho, são incapazes de gerar lucro suficiente para manutenção e expansão. Sendo assim, grande parte dessas atividades é realizada pelo governo.

Ricardo (1996)⁵ faz um paralelo às concepções de Smith (1996) e ressalta importantes contribuições para Marx (1971) ao afirmar a demanda por parte das indústrias por máquinas e equipamentos incrementem a cadeia produtiva com rendimentos líquidos crescentes, porém a substituição do trabalho humano pela maquinaria é prejudicial aos interesses da classe trabalhadora, provocando um fenômeno denominado de desemprego tecnológico.

Diante de tais preposições Marx (1971) vem a diferenciar pequena e grande indústria, segundo ele os incrementos de bens de uso, máquinas e equipamentos refletem modificações na composição técnica do capital, em que evolução tecnológica gera no processo de crescimento econômico, aumento do capital constante em relação ao capital variável, elevando a composição orgânica, que expande o número de desempregados reduzindo a massa salarial paga, o que provoca intensa precarização do mercado de trabalho. Em contramão às pequenas empresas que possuem maior proporção de trabalho por unidade de capital investido, absorvem parcela da mão-de-obra ociosa, gerando emprego e renda. Existe dessa forma uma relação de complementação das empresas, por porte, na lógica de acumulação capitalista.

Percebe-se que às MPEs são as maiores geradoras de emprego, pela lógica do pensamento neoclássico no que tange à maximização do lucro pela firma afirmando que incrementos maiores no emprego e função direta com diminuições salariais.

Diante de tais análises torna-se evidente que vários empregos foram destruídos pelas inovações tecnológicas, mas que essas perdas poderão ser compensadas por ganhos de empregos nos novos setores mais dinâmicos. No entanto, observa-se o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, os ganhos de produtividade resultante da introdução de novas tecnologias poupadoras de tempo e mão-de-obra, significam um declínio nas taxas

⁵ Na sua obra *Princípios da Economia Política e Tributação* (1817) é analisada o papel da indústria que migra para regiões que ofereçam vantagens comparativas de custos, Como melhor forma de proliferação da acumulação de capital e das escalas de produção.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

de emprego. Pois, sabe-se que havendo uma rápida acumulação de capital, as inovações tecnológicas poderão contribuir para um aumento virtuoso do crescimento econômico, criação de empregos e incremento de produtividade. Mas de a demanda global é deficiente e a acumulação de capital for lenta, o aumento do progresso técnico pode elevar o desemprego.

A relação trabalhista do sistema de Acumulação Flexível é baseada na máxima extração de lucro do trabalho vivo, tendo como base de sustentação e extinção do sindicalismo combativo em que a inovação e flexibilidade das novas formas de organização do trabalho acabaram beneficiando às empresas de menor porte, haja vista estarem mais integradas ao mercado nacional e ao próprio processo produtivo.

Com o processo de abertura comercial e financeira o mercado de trabalho passou por reestruturação e novas formas de gestão/produção foram ajustadas no mundo do trabalho, em que com o enfraquecimento dos sindicatos e a imposição de contratos de trabalho mais compatíveis às necessidades de reduzir custos por parte das empresas, criando uma relação direta entre trabalhos flexíveis e precarização das condições de trabalho que é reflexo do Modelo de Acumulação Flexível, em que a inovação das relações de trabalho favorece às pequenas empresas, uma vez que exploram diversos nichos de mercado e de pequena escala (HARVEY, 2004).

Valois (2007) ressalta que o princípio da acumulação flexível ressalta-se na ideia de que para as empresas permaneçam no mercado deveriam contrapor às características fordistas como rigidez salarial e a estabilidade do emprego, dando lugar às subcontratações, terceirização e trabalhos temporários como mecanismo de eficiência técnica por parte das organizações.

4 DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO INGRESSO NO MERCADO INTERNACIONAL: COMO SE COMPORTOU A INDÚSTRIA BRASILEIRA?

Com a falência do modelo agroexportador de 1929-1930 ao contrário do que exposto por Rezende (2002) que ressalta os efeitos depressivos da crise no mundo capitalista, em especial o Brasil com elevadas taxas de desemprego, *déficit* na balança comercial, uma vez que as exportações de café foram paralisadas. Rego e Marques (2006) vão além do autor supracitado afirmando que pós-crise de superprodução, a economia brasileira reagiu conforme os ideais de Keynes, praticado através da forte intervenção do estado na economia. Paralelo a tais situações em um cenário de desvalorização cambial, criaram condições para instalações de indústrias de bens de capital, uma vez que foi importado equipamentos de baixo valor que

estavam ociosos diante do fechamento de milhares de fábricas. Cria-se dessa forma um processo de Substituição de Importações (PSI), com grandes elevações no produto nacional, uma vez que era necessário produzir internamente o que antes importava.

Lipietz (1988) avalia que o processo de Substituição de Importações daria um sucesso parcial ao processo de desenvolvimento econômico do país, uma vez que a desqualificação da mão-de-obra gerava bens de baixo valor agregado que tornava incompatível competir com o mercado externo e incrementando a análise o processo de industrialização fora atingido mediante um alto nível de passivo externo que desequilibrava em longo prazo a balança de pagamentos do país.

Dessa forma é necessário ver os comentários de Urani (2003, p. 509) acerca do modelo desenvolvimentista implantado no país:

É importante ressaltar que o aumento da desigualdade era um resultado esperado das intervenções do Estado Nacional nos mais diferentes mercados para favorecer o grande capital que caracterizara o modelo substituto de importações. Na lógica deste modelo, a pobreza se reduziria com o crescimento econômico, na medida em que os setores dinâmicos da economia se mostrassem capazes de absorver todos aqueles que se aglomeravam em suas sobras.

Como a indústria nacional não podia aumentar sua capacidade produtiva importando bens de capital, dado o alto custo em decorrência da desvalorização cambial, utilizou-se inicialmente a capacidade ociosa preexistente, a exemplo da indústria têxtil, depois foi possível importar equipamentos de baixo valor proveniente das fábricas fechadas pós-crise, têm-se dessa forma um realinhamento dos preços relativos e paulatinamente uma indústria capaz de substituir importações (FURTADO, 2003).

Na verdade o modelo desenvolvimentista impôs grandes custos à população brasileira, reduzindo os recursos externos destinados a investimentos no país, uma vez que a recessão os países centrais (1979-82) que impactou em elevação da dívida externa, redução das reservas cambiais, altas taxas de inflação com queda acentuada no produto potencial da economia pressionando o governo nacional elaborar reformas estruturais (DINIZ, 1995). Em consequência da hegemonia do pensamento neoliberal e da elevada reestruturação produtiva de caráter toyotista, a economia brasileira passou a conviver com uma abrupta abertura comercial e financeira, elevada taxa de juros doméstica, pouco crescimento econômico, desemprego e crescente precarização do mercado de trabalho (HELOANI, 2002).

Diante de tais mudanças implementadas no final da década de 1980 e em especial no início dos anos 1990, as grandes empresas passaram a adotar estratégias de sobrevivência,

assentada em ganhos de produtividade mediante economias de escala em que para manterem-se mais competitivas passaram a enxugar o número de funcionários diretos, terceirizou funções, desverticalizou a produção através de inovações organizacionais que primavam à eficiência econômica no paradigma da grande indústria (GUIMARÃES NETO, 1993).

Diante das consequências das mudanças estruturais e do ajuste econômico adotado pelo país provocou uma retração do mercado de trabalho formal, conjugado com a tríade-globalização, políticas neoliberais e reestruturação produtiva impactam na oferta e qualidade dos postos de trabalho do setor secundário com mobilidade de seus trabalhadores para o setor terciário, o subemprego e a informalidade (QUEIROZ E TARGINO, 2007).

A partir desse momento às pequenas empresas industriais passaram a absorver parte da mão-de-obra desempregada a baixo custo, uma vez que segundo Dedecca (1999) a globalização e a concorrência internacional tiveram sérias consequências como financeirização do capital produtivo, que numa conjuntura de elevação da taxa de juros, acarretou um aumento desproporcional do retorno não operacional dos capitais produtivos.

Diante da tal conjuntura a indústria têxtil brasileira passou por diversas mudanças, tanto na essência de produção quanto na conjuntura. Na década de 1980, ocorreu aumento da concorrência mundial através da abertura comercial em que novas fibras artificiais sintéticas surgiram, além de constantes inovações, aumentando a capacidade produtiva. Além disso, no Brasil, no começo dos anos 1990, começou o processo de abertura comercial que implicou em aumento da concorrência, com redução de tarifas para importação de produtos têxteis e com entrada de outros concorrentes no mercado nacional (CLEMENTINO, 2015).

Para enfrentar a conjuntura econômica no final dos anos 1980 e principalmente no início dos anos 90, além da verticalização, a indústria têxtil passou por um processo de realocação, sendo essas, uma das principais estratégias de custo. Empresas localizadas no Sudeste do País transferiam suas plantas para o Nordeste, especificamente para os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Na região Sul ocorreu expansão das empresas já instaladas na região. A estratégia era buscar lugares que disponibilizassem mão-de-obra barata, abundante e disciplinada, incentivos fiscais, proximidade com os grandes mercados consumidores internacionais com intuito de melhorar a competitividade e estimular a “guerra fiscal” entre os estados brasileiros, particularmente do Nordeste (NEGRI, 1992).

Outro fato importante foi a implantação do Plano Real, em 1994, que por um lado, eliminou a hiperinflação, mas por outro lado, com a sobrevalorização da

taxa de câmbio, prejudicou as empresas nacionais com o favorecimento das importações e com elevada taxa de juros doméstica (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

O processo de abertura do comércio exterior veio marcar alterações na estrutura produtiva, uma vez que Alves (2003) contraria à ideia de Markwald (2005) ressaltando que os bens intensivos nos fatores que são abundantes no Brasil (trabalho e recursos naturais) obtiveram perdas relativas do produto potencial, que causaram decomposição da variável emprego, bem como queda na participação em menor grau, dos setores intensivos em tecnologia.

Cano (1997) ressalta que a abertura pode ter um papel importante no estímulo ao crescimento da produtividade e na redução do custo do investimento, porém para que tais efeitos sejam expressos, é necessário um contexto macroeconômico e institucional favorável.

Dessa forma expande-se o número de micro e pequenas empresas industriais, seguindo em contramão ao processo vivenciado na grande empresa que passou a enxugar funcionários, adotar tecnologia microeletrônica com desregulamentação das relações de trabalho mediante demanda por trabalhadores mais qualificados oferecendo-os estágios, contratos temporários ou subcontratações (VALOIS, 2007).

Ainda ressaltando a questão macroeconômica do Brasil e os impactos sobre o desenvolvimento das empresas de menor porte, vale-se destacar as baixas taxas de crescimento e dívida pública crescente, expõe a fragilidade interna às crises internacionais e imprime ao país um ambiente de avessos à ampliação do crédito bancário às empresas em face de insegurança dos agentes econômicos quanto a evolução dos negócios em um cenário sujeito a volatilidade e intervenções do governo nos controles monetários (REZENDE, 2002).

Historicamente, o Nordeste caracterizava-se por uma região que se acomodava às transformações da economia brasileira assumindo função de fornecedora de insumos primários para a indústria de bens de consumo não duráveis, formando um processo de integração no mercado nacional (LIMA, 2005).

Como os produtores nordestinos não conseguiam acompanhar a dinâmica da região Sudeste, dado possuir uma maior infraestrutura e acúmulo de capital adquiridos principalmente com o café. No entanto com o processo de abertura comercial e financeira, altos índices de inflação, intensificados pela elevação das taxas de juros no mercado internacional ocasionou baixo crescimento econômico como consequência do declínio do nível de investimento que repercutiu de forma negativa no setor industrial que eliminou postos de trabalho formais (REZENDE, 2002).

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

Dessa forma, com o processo de ajustes fiscais e reestruturação dos estados nacionais, as micro e pequenas empresas passaram a ser uma alternativa à absorção de mão-de-obra, uma vez que são mais intensivas em fator trabalho e requerem menor inversão de capitais.

Durante a década de 1990 em virtude dos efeitos da crise e das deseconomias de aglomeração nas áreas industrializadas, as médias e grandes empresas industriais migram para o Nordeste brasileiro em função dos benefícios fiscais e infraestrutura concedida pelos governos estaduais⁶. Na década de 2000 percebe-se um movimento mais diferenciado, em que a desconcentração da atividade produtiva vai perdendo o fôlego. Têm-se notadamente no Governo Lula (2003-2010) uma expansão das exportações, do crédito e do consumo, o que diminuiu a vulnerabilidade externa do Brasil e propiciou um cenário mais propício à reprodução do capital, com abertura significativa de micro e pequenos estabelecimentos que viabilizaram o desenvolvimento local e regional principalmente das áreas periféricas (REGO e MARQUES, 2006).

As micro e pequenas empresas independem do setor, contribuem para a descentralização da atividade econômica, uma vez que estão mais acessíveis a população, sendo capazes de atender mercados pequenos e especializados, porém tais unidades produtivas enfrentam uma série de dificuldades no que tange à políticas econômicas restritivas, descontrolado do fluxo de caixa, ausência de financiamentos de longo prazo, bem como escassez de capital de giro (MONTAÑO, 1999; MORELLI, 1994).

5 ANÁLISE EMPÍRICA DO COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NAS MICRO, PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES INDÚSTRIAS TÊXTEIS FORMAIS CEARENSE NOS ANOS 2005/2010

5.1 Evolução do número de MPE e MGE na indústria de transformação. Ceará- 2005/2010

Segundo os dados da RAIS, destaca-se na tabela 2, o crescimento na quantidade de indústrias formais abertas entre 2005 e 2010 com destaque para as MPE que passaram de 7184 unidades produtivas para 9653 no período analisado, sofrendo variação de 34,39%. No caso das MGE industriais percebe-se um aumento em números absolutos de 246 firmas para 336 em 2010, implicando variação de 36,59%.

No tocante à evolução relativa do número de estabelecimentos industriais de micro e pequeno porte, percebe-se aumento da participação percentual do número de indústrias têxteis

⁶ De acordo com Negri (1996), entende-se por deseconomias de aglomeração o conjunto de variáveis como: maiores custos de transportes, terrenos, serviços de infraestrutura, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, redução da produtividade e condições de vida nos grandes centros urbanos.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

que passa de 32,36% em 2005 para 34,31% em 2010, sofrendo variação de 41,72%, enquanto às médias e grandes empresas registram um tímido aumento de participação, passando de 26,42% para 26,79% no período analisado, sofrendo variação de 38,46%. (TABELA 2)

O Ceará registra no ano de 2010, 3385 indústrias do setor têxtil, sendo que 2977 (87,95%) estão localizados na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que 97,11% se enquadram como micro e pequenas empresas, enquanto 2,89% se configuram como média e grande indústria. No tocante ao interior cearense é composto por 408 (12,05%) indústrias têxteis, sendo que 99,02% se encaixam como MPes enquanto que só 0,98% podem ser consideradas MGEs⁷.

TABELA 2: Número de estabelecimentos por porte na indústria de transformação no Ceará- 2005/2010

Setor da indústria	2005				2010					
	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE	MGE
	nº abs	(%)	var (%)	var (%)						
Extrativa mineral	119	1,66	1	0,41	142	1,47	4	1,19	19,32	30,00
Indúst. Minerais não metal.	484	6,74	9	3,65	647	6,70	15	4,46	33,68	66,67
Indústria metalúrgica	469	6,53	11	4,47	715	7,41	13	3,87	52,45	18,18
Indústria mecânica	126	1,75	6	2,44	268	2,77	9	2,68	112,6	50,00
Indúst.mat.elét.comu.	45	0,63	4	1,62	59	0,61	5	1,48	31,12	25,00
Indúst.material.transp.	85	1,18	4	1,62	115	1,19	10	2,97	35,29	150
Ind.madeira/mobiliário	504	7,01	11	4,47	663	6,87	12	3,57	31,55	9,09
Ind.papel,papelão,gráf.	471	6,55	8	3,25	650	6,73	14	4,17	38,00	75,00
Ind.bor,fumo,couros,peles	314	4,37	9	3,66	430	4,45	10	2,97	36,94	11,12
Indústria química	386	5,37	13	5,28	504	5,22	25	7,44	30,57	92,31
Indústria têxtil	2325	32,36	65	26,42	3295	34,13	90	26,79	41,72	38,46
Indústria de calçados	196	2,73	25	10,16	305	3,16	46	13,69	55,61	84,00
Ind.prod.alimentício, bebidas	1546	21,52	67	27,23	1714	17,75	72	21,43	10,87	7,46
Serviço industriais de utilidade pública	114	1,59	13	5,28	148	1,53	11	3,27	29,82	(0,15)
Total	7184	100	246	100	9655	100	336	100	34,39	36,59

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Diante de tal situação fica claro a ineficácia do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) implementada com maior nitidez em 1995, que buscava distribuir de forma equânime a atividade industrial no Ceará, uma vez que a economia cearense ainda é marcada por acentuadas disparidades econômica dentro do território.

⁷ Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais RAIS (2010).

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

No tocante à indústria metalúrgica que se configura como intensiva em capital, as MPEs aumentam participação relativa de 6,53% em 2005 para 7,41% em 2010, sofrendo variação de 52,45%, enquanto às MGEs enfrentaram queda na participação percentual do total de estabelecimentos passando de 4,47% para 3,87%, implicando variação de 18,18%. Têm-se dessa forma uma seletividade na localização da indústria têxtil no território cearense⁸.

Os dados vão ao encontro da tese de Pacheco (1998) ao afirmar que ainda existe o processo de desconcentração industrial (mesmo em ritmo lento) que se manifesta sob a forma de fragmentação da economia nacional e surgimento de “ilhas de produtividade” em cada região.

Na indústria de produtos alimentícios, percebe-se queda em termos percentuais na participação do total de estabelecimentos industriais em ambos os portes analisados, o que vai ao encontro da ideia de Haguenaer *et al.* (2001) que ressalta o papel da indústria alimentícia em diminuir sua produção mediante função da elevação dos salários reais através do sucesso na estabilização dos preços (Plano Real), em que a demanda por alimentos tende a ser mais elástica com expansão da renda, uma vez que os consumidores demandarão maior quantidade diversificada de bens e serviços.

Cano (1997) mantém-se parcialmente correto ao afirmar que os setores industriais intensivos em tecnologia tendiam a reconcentrar-se para as áreas mais desenvolvidas do país. Para a indústria de material elétrico percebe-se queda relativa do número de estabelecimentos, por outro lado, o setor de material de transporte apresenta aumento relativo nas MPEs passando de 1,18% para 1,19% no período em estudo, já as MGEs que apresentam uma participação relativa maior de 1,62% em 2005 para 2,97% em 2010.

A indústria química apresenta queda na participação relativa nas empresas de menor, sendo que em 2005 contava com 5,37% do total de estabelecimentos, vindo a cair em 2010 para 5,22, no entanto às MGEs apresentam situação diferenciada ao passar de 5,28% para 7,44% no período analisado.

O que fica claro é que a estrutura industrial cearense está cada vez mais diversificada, contrariando a ideia de autores como Rolim (2002), Galvão e Vasconcelos (1999) e até mesmo Cano (1997) que afirmam que as indústrias intensivas em capital e tecnologia tendiam fugir das regiões periféricas e concentra-se especialmente na metrópole paulista. Os fatores

⁸ Segundo Baer (2005) os principais entraves para o desenvolvimento econômico do interior do estado do Ceará são: o nível de capital humano demasiadamente baixo, nível de tecnologia escasso, conhecimento empresarial insatisfatório e falta de economias de escala.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

que atraem as indústrias para o Ceará, notadamente sua Região Metropolitana está em função dos incentivos fiscais (para as MGEs), mão-de-obra barata, abundante e disciplinada e aproximação geográfica com o mercado consumidor americano e europeu.

5.2 Evolução do emprego formal na indústria de transformação. MPE e MGE- Ceará-2005/2010

Ao analisar a evolução do emprego formal na indústria de transformação, observam-se na tabela 3 que em 2005 a indústria têxtil participa com 35,98% de empregos formais registrados nas MPE e esses números tendem relativos tendem a se reduzir para 33,73% em função do crescimento de setores intensivos em capital como a indústria mecânica que tem maior crescimento auferido de 103,37% e metalúrgica 80,52%. Mesmo diante da expansão de Micro e Pequenas industriais de maior valor tecnológico, a do setor têxtil obteve variação ao longo do período em estudo de 30,55%.

TABELA 3: Número de trabalhadores por setor da indústria de transformação, segundo o porte, no Ceará-2005/2010

Setor da indústria	2005				2010				MPE var (%)	MGE var (%)
	MPE		MGE		MPE		MGE			
	nº abs	(%)	nº abs	(%)	nº abs	(%)	nº abs	(%)		
Extrativa mineral	1463	2,01	173	0,15	2042	2,02	612	0,38	39,58	253,38
Indústria minerais.nao.met alicos	5784	7,97	1711	1,46	9251	9,16	2790	1,74	59,94	63,06
Indústria metalúrgica	3616	4,98	3985	3,39	6524	6,46	7901	4,93	80,52	98,27
Indústria mecânica	1131	1,56	1645	1,40	2304	2,28	2379	1,48	103,37	110,34
Indúst.do mat.elétrico e comunicações	403	0,55	1646	1,41	537	0,53	1358	0,85	33,25	(17,50)
Indúst.mat.transp orte	974	1,34	1238	1,54	1242	1,23	2951	1,84	27,52	138,37
Indúst.madeira/m obiliário	3837	5,29	1782	1,52	5707	5,65	2359	1,47	48,74	32,38
Indúst.papel,pape lão,editor e gráfica	3693	5,09	2169	1,85	5361	5,31	2998	1,87	45,17	38,22
Ind.bor,fumo,cou ros,peles	3120	4,30	2889	2,46	4496	4,45	3210	2,00	44,10	11,11
Indústria química	5303	7,31	3981	3,39	6535	6,47	6555	4,09	23,23	64,66
Indústria têxtil	26095	35,98	26354	22,43	34066	33,73	36940	23,06	30,55	40,17
Indústria de calçados	2621	3,61	41647	35,45	3792	3,75	59770	37,31	44,68	43,52
Ind.prod.alimentí cio e bebidas	12092	16,67	23549	20,04	16301	16,13	26030	16,25	34,81	10,54

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

Serviços industriais de utilidade pública	2222	3,06	4724	4,02	2849	2,82	4338	2,71	28,22	(8,17)
Total	72534	100	117493	100	101007	100	160191	100	39,25	36,34

Fonte:RAIS/MTE.Elaboração Própria.

No que tange às MGEs do setor têxtil, percebe-se aumento na participação relativa ao passar de 22,43% para 23,06% no período em estudo, sofrendo variação de 40,17% (superior às MPEs). Os postos de trabalho formal industrial estão cada vez mais dinâmicos com queda na participação relativa de setores tradicionais e aumento da participação de setores intensivos em capital e tecnologia (exceto material eletrônico). Percebe-se um aumento dos postos de trabalho do setor calçadista em ambos os portes analisados, mesmo assim as MPEs desse setor enfrentam várias dificuldades, que segundo Lemos (2008) em Juazeiro do Norte, maior cidade do interior do estado em número de habitantes, os principais problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas dessa municipalidade tange a baixa qualificação dos microempresários, dificuldades as linhas de crédito, falta de incentivo por parte das instituições de fomento e pouca interação entre os microempresários. (TABELA 3)

A menor participação do setor industrial no emprego total é descrito por Bresser Pereira (2010) como um processo de “desindustrialização” precoce no Brasil através do setor industrial em favor do setor terciário, pois com a elevação da renda per-capita mediante estabilização de preços alcançada em 1994 e política de valorização do salário mínimo, a elasticidade-renda por manufaturados tende a cair em detrimento de setores que possuem menor produtividade do trabalho.

5.3 Perfil Socioeconômico dos Empregados nas MPE e MGE da indústria formal têxtil Cearense

5.3.1 Sexo dos Trabalhadores

A análise desagregada por sexo mostra que em 2005 havia 26095 trabalhadores empregados nas MPE têxteis, sendo que 26,81% do gênero masculino e 73,19% do gênero feminino. Em 2010 a participação das mulheres empregadas na MPE cai levemente para 68,16% e dos homens aumenta para 31,84% na indústria formal têxtil cearense. A MGE contava em 2005 com um total de 26354 trabalhadores na indústria têxtil, dos quais 54,71% são do gênero masculino contra 45,29% do gênero feminino, e em 2010 tem movimento contrário às MPE, uma vez que apresenta redução na participação do gênero masculino (48,29%) e aumento na participação feminina (51,71%). (TABELA 4)

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

TABELA 4: Número de empregados por sexo na indústria têxtil (por porte), Ceará-2005/2010

Gênero	2005				2010			
	MPE		MGE		MPE		MGE	
	n° abs.	(%)						
Masculino	6997	26,81	14419	54,71	10846	31,84	17841	48,29
Feminino	19098	73,19	11935	45,29	23220	68,16	19099	51,71
Total	26095	100,00	26354	100,00	34066	100,00	36940	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Apesar do crescimento do número de empregos na indústria formal têxtil período em estudo, em 2010 prevalece à concentração dos trabalhadores do gênero feminino nas MPE (68,16%) e nas MGE (51,71%). Em tal contexto, significa que a indústria têxtil, como intensiva em mão-de-obra, absorve significativa parcela do sexo feminino a fim de inserir no mercado de trabalho formal. (TABELA 4)

5.3.2 Faixa Etária

No tocante à variável idade (Tabela 5), tanto em 2005 nos dois portes de indústria têxtil em estudo, a maior parte (aproximadamente 29,84%) dos trabalhadores empregados situava-se na faixa etária de 30 a 39 anos.

TABELA 5: Total de empregados na indústria têxtil (por porte), segundo faixa etária, Ceará-2005/2010

Faixa etária	2005				2010			
	MPE		MGE		MPE		MGE	
	n° abs.	(%)						
Até 17 anos	140	0,54	149	0,57	85	0,23	43	0,12
18 a 24 anos	5436	20,83	5663	21,49	8892	24,07	84	0,23
25 a 29 anos	5149	19,73	5850	22,19	8476	22,95	8892	24,07
30 a 39 anos	8382	32,12	8789	33,35	11435	30,96	8476	22,94
40 a 49 anos	5235	20,06	4788	18,17	6287	17,01	11435	30,96
50 a 64 anos	1697	6,50	1096	4,15	1723	4,66	6287	17,02
65 ou mais	38	0,15	19	0,07	42	0,11	1723	4,67
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	26095	100,00	26354	100,00	34066	100,00	36940	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

Em 2005, a participação da mão-de-obra na indústria têxtil na faixa de até 17 anos é pouco significativa nas MPE (0,54%) e nas MGE (0,57%), e em 2010 esses números tendem a se reduzir para 0,23% nas MPE e 0,12% nas MGE. Provavelmente a explicação para as MPE empregar trabalhadores mais jovens do que as MGE seja em função da menor demanda por trabalhadores qualificados, uma vez que suas atividades requerem uma menor inversão de capitais, facilitando a contratação da mão-de-obra a baixo custo. No que se concerne à média e grande empresa segundo Arrais (2007) a demanda por trabalhadores jovens decorre da inserção de aprendizes e estagiários no mercado de trabalho, tendo como intermediadora o Centro de Integração Empresa Escola- CIEE que atua como elo entre a indústria, escola e o estudante. (TABELA 5)

A diminuição do trabalho infantil decorre dos instrumentos do Governo Federal para manter crianças e jovens de 7 a 15 anos na escola, a exemplo do programa Bolsa Família que tem por objetivo aumentar o investimento das famílias em educação de seus membros, principalmente das crianças e jovens pobres, o que reduziria a probabilidade de que eles permaneçam pobres no futuro.

5.3.3 Grau de Instrução

Com relação ao nível de escolaridade, percebe-se que em 2005, os empregados nas MPE estavam concentrados no ensino fundamental completo (36,75%), no entanto para as MGE (33,73%) dos empregados situavam-se na faixa de ensino médio completo. (TABELA 6)

TABELA 6: Total de empregados na indústria têxtil (por porte), segundo o grau de instrução, Ceará 2005/2010.

Escolaridade	2005				2010			
	MPE		MGE		MPE		MGE	
	nºabs.	(%)	nºabs.	(%)	nºabs.	(%)	nºabs.	(%)
Analfabeto	148	0,57	91	0,34	149	0,44	54	0,15
Até 5.incomp.	577	2,21	583	2,21	402	1,18	407	1,10
5.comp.fund.	1077	4,13	1054	3,99	676	1,98	505	1,36
6 a 9 fund.	3891	14,91	4360	16,54	2993	8,78	3266	8,84
Fund.completo	9590	36,75	7160	27,16	8414	24,69	7120	19,27
Médio incomp.	3271	12,53	3407	12,93	4506	13,28	4299	11,64
Médio comp.	7099	27,20	8889	33,73	16016	47,01	19785	53,55
Superior inco.	260	0,97	313	11,87	382	1,12	587	1,59
Superior comp.	182	0,70	497	1,89	528	1,55	917	2,48
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	26095	100,00	26354	100,00	34066	100,00	36940	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Em 2010, tanto para as MPE (47,01%) quanto nas MGE (53,35%) a maioria dos empregados na indústria têxtil formal tinha o ensino médio completo. Tal movimento indica que as empresas de menor porte estão demandando trabalhadores mais qualificados vis-à-vis as empresas de maior porte. A explicação de tal situação revela que os micro e pequenos empresários estão cada vez mais usando ferramentas de aprimoramento competitivo em função do mercado globalizado e das novas formas de organização do trabalho. (TABELA 6)

Em 2010, as MGE apresentam pequeno declínio em termos percentuais na participação de trabalhadores que tinham até o ensino médio incompleto, ao passar de 63,17% em 2005 para 42,36% em 2010. Em termos absolutos, isso representa uma variação negativa de 6,07% com queda de 16655 empregados em 2005 para 15651 em 2010. (TABELA 6)

Da mesma forma, nas MPE constata-se declínio em termos percentuais do número de trabalhadores com nível de escolaridade até o ensino médio incompleto, de 71,1% em 2005 para 50,35% em 2010. Em termos absolutos, verifica-se redução desses trabalhadores, que passou de 18554 em 2005 para 17140 em 2010, sofrendo variação negativa de 7,62%. (TABELA 6)

Percebe-se elevada seletividade por contratação de mão-de-obra por parte da indústria têxtil ao observar que independente do porte, aproximadamente 50,28%, ou seja, praticamente a metade dos trabalhadores, mantém-se concentrados no ensino médio completo. Trabalhadores com ensino superior incompleto apresentam situações antagônicas nas MPEs e MGEs em estudo: enquanto que nas empresas têxteis de menor porte houve aumento no percentual desses trabalhadores (de 0,97% em 2005 para 1,12% em 2010), nas indústrias têxteis de maior porte observa-se ligeira redução deles, de 11,87% em 2005 para 1,59% em 2010. (TABELA 6)

5.3.4 Tempo de Serviço

Em relação ao tempo de permanência dos trabalhadores empregados na indústria têxtil cearense, em 2005, 39,82% ficaram empregados por menos de 1 ano nas MPE aumentando para 42,65% em 2010; e nas MGE eles passam de 23,21% em 2005 para 31,83% em 2010. (TABELA 7)

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

TABELA 7: Distribuição dos trabalhadores na indústria têxtil (por porte), segundo tempo de serviço, Ceará-2005/2010

Tempo de serviço	2005				2010			
	MPE		MGE		MPE		MGE	
	nº abs.	(%)						
Menos de 1 ano	10393	39,82	6117	23,21	14529	42,65	11758	31,83
1 a menos de 3 anos	9007	34,52	7003	26,57	11551	33,91	11348	30,72
3 a menos de 5 anos	6203	23,77	10377	39,37	6979	20,48	9273	25,10
5 ou mais	492	1,89	2857	10,84	1007	2,96	4561	12,35
Ignorado	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26095	100,00	26354	100,00	34066	100,00	36940	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Outro dado que se destaca é que os empregados nas MPE estão mais suscetíveis ao desemprego, ao observar que em 2010, 76,56% deles ficaram empregados a menos de 2 anos contra 62,55% dos trabalhadores nas MGE. Nesse sentido para as pequenas empresas existe uma relação direta entre empregos em pequenos negócios e desestruturação do mercado de trabalho formal, uma vez que sua rotatividade é mais elevada do que as médias e grandes empresas. (TABELA 7)

Nesse sentido é bom lembrar os comentários de Arrais (2007) em que a elevada concentração de trabalhadores com pouco tempo de serviço na indústria do Nordeste é resultado da reestruturação produtiva, avanço tecnológico, novos métodos de organização do trabalho e da produção e dos elevados encargos trabalhistas, que incentivam os empregadores a utilizarem mão-de-obra terceirizada, contratos temporários e jovens estagiários com objetivo de reduzirem custos.

No que tange a quantidade de trabalhadores que estavam empregados 5 anos ou mais, aumenta lentamente na indústria têxtil. Os dados empíricos contrariam idéias que a legislação trabalhista torna o mercado de trabalho excessivamente rígido, uma vez que as empresas determinam os aspectos centrais da relação de trabalho, contrato/demissão⁹.

5.3.5 Remuneração dos Trabalhadores

⁹ Baltar e Proni (1996) ressalta que o avanço das políticas macroeconômicas contracionistas adotadas no Governo FHC, elevou o desemprego mediante à estabilidade de preços e criou um cenário adverso à atuação sindical que foi perdendo seu combate mediante à flexibilização e desestruturação do mercado de trabalho.

Sob a ótica da remuneração, verificou-se no Ceará empobrecimento dos trabalhadores no período em estudo, tanto pelo aumento da proporção daqueles que recebiam até um salário mínimo para as MPE e até dois salários para às MGE, quanto pela redução dos que estavam localizados nas faixas superiores de rendimentos em ambos os portes da indústria têxtil.

Em 2010, a precarização aumenta nos dois portes de empresa considerados (sendo mais intensa para as MPE). O percentual dos trabalhadores que ganhavam até um salário mínimo amplia-se significativamente de 7,81% em 2005 nas MPE para 15,57% em 2010, enquanto que nas MGE o percentual de empregados que ganhavam até dois salários mínimos passa de 81,14% em 2005 para 88,69%. (TABELA 8)

Para aqueles que ganhavam acima de dois salários mínimos houve significativa redução na proporção de empregados concentrados nas faixas de rendimento mais elevadas em ambos os portes de empresa analisados, sendo mais intensa para a mão-de-obra empregada nas MPE do setor têxtil. Considerando às MPE, em 2005, ganhavam acima de 2 salários mínimos cai de 4,09% em 2005 para 0,51%, e nas MGE eles passam de 18,86% em 2005 para 11,28% em 2010. (TABELA 8)

Nas MPE em 2005, encontravam-se ganhando mais de 3 salários mínimos apenas 1,75% de sua população empregada na indústria formal têxtil, caindo para 1,35% em 2010. Nas MGE apresentaram dinâmica semelhante às pequenas empresas, ao passar sob esse aspecto de 10,2% em 2005 para 6,26%. Esse acentuado declínio de rendimentos dos trabalhadores observados em ambos os portes de empresa analisado, gera ao longo dos anos um menor *gap* entre a estrutura de salários com relação ao porte da indústria têxtil cearense em estudo. (TABELA 8)

TABELA 8: Total de empregados nas MPE e MGE industriais do setor têxtil, segundo faixa de remuneração, Ceará-2005/2010

Renda	2005				2010			
	MPE		MGE		MPE		MGE	
	nº abs.	(%)						
Até 01 salário	2039	7,81	464	1,76	5372	15,77	2330	6,31
Mais de 01 a 02 sm	22927	87,86	20921	79,38	27612	81,05	30434	82,38
Mais de 02 a 03 sm	612	2,34	2282	8,66	616	1,81	1855	5,02
Mais de 03 a 05 sm	257	0,98	1374	5,21	208	0,61	1228	3,32
Mais de 05 a 10 sm	98	0,38	871	3,31	80	0,23	707	1,91

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

Mais de 10 a 20 sm	20	0,08	258	0,98	8	0,02	147	0,39
Mais de 20 sm	5	0,02	65	0,25	1	0	32	0,08
Sem declaração	77	0,29	119	0,45	169	0,49	207	0,56
Total	26095	100,00	26354	100,00	34066	100,00	36940	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Pochmann (2009) atribui esse fenômeno a queda da participação da renda do trabalho na renda total, que implica intensa desvalorização salarial e instabilidade no emprego. Essa ótica torna-se conflitante, dado que os trabalhadores da indústria têxtil se qualificaram ao longo dos anos em análise, de contra partida percebe-se um achatamento dos rendimentos desses trabalhadores, o que contraria a teoria de capital humano. No que se concerne aos baixos salários pode criar uma situação pouco favorável, pois na medida em que as empresas podem utilizar dessa mão-de-obra barata e abundante para aumentar sua reserva de lucros, pode-se tornar favorável a realocação de grandes indústrias, uma vez que o governo estadual oferece incentivos fiscais e financeiros¹⁰.

As unidades subnacionais, a exemplo do Ceará adotam benefícios fiscais, financeiros e creditícios que tendem a se anular, deixando atuar como fatores contribuintes para decisão locacional. Por outro lado, para os estados resta uma perda de receita fiscal generalizada sem que se tenha, primeiro avaliado o custo e o benefício do investimento. Ainda ocorre realocação dos investimentos públicos, por meio da abdicação da receita em favor de setores nem sempre são prioritários, ou seja, os governos estaduais sofrem agravamento da própria situação financeira e com conseqüente relação dos investimentos e do atendimento das necessidades básicas da população (CASSIOLATO; BRITO, 2001)

No entanto, as MPEs seguem em contramão à dinâmica observada pelas médias e grandes empresas, pois sua instalação depende da dinamização do mercado interno, do baixo custo da intermediação financeira e das políticas macroeconômicas, especialmente as de caráter monetárias expansionista, que reduzem as taxas de juros e promovem um ambiente de maior estabilidade aos pequenos negócios, uma vez que são responsáveis pelo processo de

¹⁰ Cano (1997) ressalta que a *guerra fiscal* é resultado do processo de desmantelamento do Estado Nacional, iniciado especialmente no início da década de 1990, em que na ausência de políticas regionais de desenvolvimento entrega-se a responsabilidade econômica aos governos subnacionais, que passam a usar a inserção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair grandes empresas industriais, favorecendo dessa forma o grande capital, uma vez que o orçamento estadual passa a ser menos eficaz para honrar os compromissos sociais como: saúde, educação, saneamento, pois esse imposto se configura como a mais importante receita fiscal corrente estadual.

territorialização econômica e absorvedor de mão-de-obra principalmente em épocas de recessão econômica.

Ao contrário das médias e grandes empresas, os pequenos negócios não deduzem impostos e receitas orçamentárias estaduais. Quando formalizados mediante auxílio do Super Simples, são capazes de gerar alto nível de arrecadação local propiciando avanços tanto econômicos quanto sociais, pois não implicam custos aos governos municipais e estaduais, além de contribuírem para uma menor demanda do emprego formal no setor público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de acumulação capitalista mediante hegemonia do pensamento neoliberal impôs diversas consequências no mundo no trabalho, especialmente na grande empresa industrial que para manter-se competitiva diante da concorrência internacional adota processos de redução de custos pautados na terceirização de atividades, realocação de suas plantas e demissão de funcionários.

O setor têxtil que é tradicional na economia cearense sofreu significativos impactos em virtude de suas estruturas obsoletas, com baixo capital de giro e mão-de-obra desqualificada, em que diante da reestruturação industrial restou modernizar seu parque fabril, para melhor competir com o mercado internacional.

Com o cenário macroeconômico e institucional conturbado às micro e pequenas empresas têxteis passaram a absorver parcela da mão de obra que se encontrava na informalidade, no subemprego ou até mesmo dispensada pelas grandes empresas. A indústria têxtil possui o maior número de MPEs em 2005, 2325 passando para 3225 em 2010, sofrendo variação de 41,72%, enquanto às MGEs passaram de 65 para 90 unidades no período em estudo, sofrendo variação de 38,46%.

Em 2010 predominava nas MPEs do setor têxtil 68,16% dos trabalhadores do gênero feminino, enquanto que as MGEs participam com 51,71%, o que indica que as MPEs do setor têxtil colaboram para uma maior inserção socioeconômica das mulheres no mercado de trabalho formal, sendo que predominavam em 2010, nas MGEs a demanda por trabalhadores com idade entre 30 a 39 anos, enquanto nas MPEs, eles estão bem distribuídos entre as faixas etárias.

No tocante ao tempo de permanência dos empregados na indústria têxtil, constata-se elevada rotatividade da mão de obra, sendo mais intensa para as MPEs. Em 2005 ficaram empregados nas MPEs do setor têxtil por menos de um ano 39,82% contra 23,21% nas

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010

MGEs. Esses números tendem aumentar em 2010, sendo que os trabalhadores empregados por menos de um ano sobe de 42,65% nas MPEs e para 31,83% nas de médio e grande porte.

Essa elevada rotatividade é provocada por novos métodos de organização da produção e do trabalho, mão de obra terceirizada, contratos temporários com objetivo de reduzir custos. Os trabalhadores empregados nas empresas de menor porte estão mais suscetíveis ao desemprego vis-à-vis as MGEs, em virtude da dificuldade para manterem-se competitivas no mercado, preferem se tornar flexíveis para reduzir suas taxas de mortalidade.

Outra variável que se destaca é a seletividade por contratação da mão de obra em ambos os portes analisados. Em 2010, nas MGEs, 53,55% tinham o ensino médio completo contra 47,01% nas MPEs. Esses dados revelam que a indústria têxtil está cada vez mantendo-se competitiva, exigindo trabalhadores mais qualificados, em função da incorporação do modelo de produção Toyota.

Com relação aos rendimentos, verificou-se nas MPEs e MGEs empobrecimento dos trabalhadores da indústria têxtil cearense que migraram das faixas de rendimento mais altas para as mais baixas. Em 2010 nas MPEs 96,82% dos seus empregados ganhavam até 2 salários mínimos contra 88,69% nas MGEs. Estes dados nos revelam que a valorização real do salário mínimo no Governo Lula (2003-2010) não implicou em transformações concretas no mercado de trabalho, bem como às mudanças adotadas na década de 1990 desestruturaram o mercado de trabalho formal industrial têxtil, que mesmo com aumento de suas plantas, os postos de trabalho estão cada vez mais precários.

O que se constatou no artigo foi intensa flexibilização do mercado de trabalho formal nas unidades produtivas do setor têxtil cearense, com precarização mais intensa nas MPEs, entre 2005 e 2010 ocorreu menor *gap* entre as unidades produtivas e o perfil socioeconômico, uma vez que o mercado de trabalho têxtil nas MGEs seguiu, quanto a esse aspecto, a tendência dos países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. L. B. *Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90*. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (Dissertação de Mestrado).

ARRAIS, A. K. de M. *Mercado de Trabalho Formal Industrial: Comparativo entre Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004*. 2007, 76 f. Monografia de Bacharelado- Departamento de Economia- Universidade Regional do Cariri- URCA, Crato, 2007.

- Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010
- BAER-EL, R. *Desenvolvimento econômico regional para a redução da pobreza e desigualdade: O modelo do Ceará*. Secretaria do desenvolvimento local e regional (SDLR), Fortaleza, 2005.
- BALTAR, P. E. de A.; PRONI, M. W. Sobre o regime salarial de trabalho no Brasil: rotatividade de mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. *Folha de São Paulo*, 2010.
- CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/75. In: *Revista econômica e sociedade*. São Paulo, n.8.p. 101-141, jun.1997.
- CASSIOLATO, J. E.; BRITO, J. Políticas Industriais descentralizadas no caso brasileiro: uma breve análise da experiência recente. In: seminário sobre “camino a La competitividad: El nivel menoy microeconômico”. *Anais...* Santiago de Chile, 2001.
- CERQUEIRA, H. E. A. da G. Trabalho e Troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2000.
- CLEMENTINO, M. de L. M. *A evolução da Indústria Têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano*. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/colóquio2012/actas/01-M-Miranda.pdf> acesso em: 14, jan 2015.
- COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C., *Estado e Competitividade da Indústria Brasileira*. Campinas: Depiras, 1993.
- DEDECÇA, C. S. ; *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1999.
- DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995 (Texto para discussão, n.375).
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: I BEP Nacional, 2003.
- GALVÃO, A.C.F. e VASCONCELOS, R.R. Política regional à escala sub-regional, mimeografado, apud AJARA, C. *Brasil: espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza* (2000). Rio de Janeiro, Instituto de Geociências/UFRJ, 1999 (Tese de doutorado).
- GUIMARÃES NETO, L.. O grande capital vai a periferia (regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado) In: *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte: ANPEC, 1993.
- HAGUENAUER, L.; *et al. Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90*. Brasília: IPEA, 2001 (Texto para Discussão n 786).
- HARVEY, D. *Condições pós-modernas: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- HELOANI, J. R. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 12 set, 2014.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br. Acesso em: 14 set, 2012.

- Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas-2005/2010
- LEMOS, V. A. *Competitividade na indústria calçadista nas microempresas de Juazeiro do Norte-CE*. 2008, 81 f. Monografia de Bacharelado- Departamento de Economia-Universidade Regional do Cariri -URCA, Crato, 2008.
- LIMA, J. P. R. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 36, n 1, jan-mar. 2005.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização do Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1998.
- MARKWALD, R. “O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira”. In: *XIII Fórum Nacional*. Rio de Janeiro: INAE, 2001.
- MARX, K. *O capital- Crítica da Economia Política, Livro 1 : O processo de Produção capitalista, Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MONTAÑO, C. *Microempresa na era da globalização*. Uma abordagem crítica, São Paulo, Cortez, 1999.
- MORRELI, G. H. de F. *Microempresa de pequeno porte: a necessidade de prioridade econômica*. São Luíz: SEBRAE, 1994.
- NEGRI, B. A desconcentração da indústria paulista nos últimos anos (1970-1990). In: *Anais do XX do Encontro Nacional de Economia*. Campos de Jordão: ANPEC, 1992.
- _____. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1980 a 1990)*. Campinas: UNICAMP, 1996. (Coleção Momento).
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP. UNICAMP, 1998.
- POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, 23 (66), p.41-52, 2009.
- QUEIROZ, S. N. de; MOREIRA, I. T. Migração para o Ceará nos anos 90. In: *Revista Economia em Debate RED*. (URCA), v.1, p.137-172.2007.
- REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (orgs). *Economia brasileira*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ROLIM, C. F. C. *Integração competitiva e território*. Que fazer com as regiões excluídas. In: Cássio Rolim; Antonio S Franco; Bruce Bolnick; Per-Ake Anderson. (org). *A economia moçambicana contemporânea: Ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos- Ministério do Plano e Finanças, 2002, p. 569-588.
- REZENDE, C. de B. *Economia brasileira contemporânea*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RICARDO, D. *Princípios da Economia Política e Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sadroni. São Paulo: Nova Cultura, 1996 (Coleção os Economistas).
- SILVA FILHO, L. A. da. ;QUEIROZ, S. N. de. Trajetória do emprego formal na indústria cearense nos anos de 1996 e 2006. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, XI, *Anais...* ABET, 20p. 2009.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas*. Tradução de Luis João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Economistas v.1).
- URANI, A. Construção de mercados e combate à desigualdade. In: Giambiagi, F, Reis, J, G, e Urani, A... (org.). *Reformas no Brasil- Balanço a Agenda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, v.1, p. 505- 526.

Empregados Formais na Indústria Têxtil Cearense: Estudo Empírico de Inserção Socioeconômica nas Micro e Pequenas Empresas Vis-à-Vis Média e Grandes Empresas- 2005/2010

VALOIS, Isabela da Silva. *O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990*. 2007, 76 f. Monografia de Bacharelado- Departamento de Economia- Universidade Regional do Cariri- URCA, Crato, 2007.